

SINOLOGIA: A PREMÊNCIA DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS NA IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE ESTUDOS CHINESES

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

E-mail: adelciomachado@gmail.com

Fabiano Henrique da Silva Souza

Bacharel em direito (PUC-SP). Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

<http://lattes.cnpq.br/3182623702585626>

<https://orcid.org/0009-0007-2998-0371>

E-mail: fhsso@hotmail.com

Rita Marcia Twardowski

Mestre do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<http://lattes.cnpq.br/0576209170713590>

<https://orcid.org/0009-0007-2670-1197>

E-mail: ritamarcia@gmail.com

Audete Alves dos Santos Caetano

Mestre do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<http://lattes.cnpq.br/1626602048531929>

<https://orcid.org/0009-0009-9053-2628>

E-mail: audete@gmail.com

Danielle Martins Leffer

Mestre do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<https://orcid.org/0000-0002-9672-2715>

E-mail: danieltenconi@gmail.com

Alisson André Escher

Mestre do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<http://lattes.cnpq.br/5510629758164627>

<https://orcid.org/0009-0000-4460-084X>

E-mail: dealisson@uniarp.edu.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3-27>

RESUMO: O artigo analisa a relevância estratégica da implantação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras, considerando a ascensão global da China e a necessidade de ampliação das relações acadêmicas, científicas e culturais entre os dois países. Parte-se da compreensão da Sinologia como campo interdisciplinar, histórico e epistemologicamente plural, discutindo suas origens, transformações e desafios contemporâneos. Examina-se o estado da arte dos estudos chineses no Brasil e

SANTOS, A.M.; SOUZA, F.H.S.; TWARDOWSKI, R.M.; CAETANO, A.A.S.; LEFFER, D.M.; ESCHER, A.A. Sinologia: a premência das universidades brasileiras na implantação de centro de estudos chineses. **Revista Nexus Interdisciplinar**, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 460-483, jul./set., 2026.

a carência de estruturas institucionais voltadas à pesquisa e à cooperação internacional nessa área. A partir de uma perspectiva crítica, argumenta-se que as universidades públicas, federais e comunitárias representam ambientes privilegiados para o desenvolvimento de políticas de internacionalização voltadas ao fortalecimento da diplomacia científica, da interculturalidade e da descolonização do conhecimento. Conclui-se que a criação de centros sinológicos no país constitui não apenas um passo para a inserção do Brasil em redes globais de saber, mas também um movimento de reequilíbrio epistêmico que favorece o diálogo entre civilizações e a construção de uma ciência verdadeiramente plural e cooperativa.

PALAVRAS-CHAVE: Sinologia. Cooperação Internacional. Diplomacia Científica. Universidades Brasileiras.

SINOLOGY: THE URGENCY OF BRAZILIAN UNIVERSITIES IN ESTABLISHING CHINESE STUDIES CENTERS

ABSTRACT: This article analyzes the strategic relevance of establishing Centers for Chinese Studies in Brazilian universities, considering China's global rise and the need to expand academic, scientific, and cultural relations between the two countries. It begins with an understanding of Sinology as an interdisciplinary, historically and epistemologically plural field, discussing its origins, transformations, and contemporary challenges. The article examines the state of the art of Chinese studies in Brazil and the lack of institutional structures geared towards research and international cooperation in this area. From a critical perspective, it argues that public, federal, and community universities represent privileged environments for the development of internationalization policies aimed at strengthening scientific diplomacy, interculturality, and the decolonization of knowledge. It concludes that the creation of Sinological centers in the country constitutes not only a step towards Brazil's insertion into global knowledge networks, but also a movement of epistemic rebalancing that favors dialogue between civilizations and the construction of a truly plural and cooperative science.

KEYWORDS: Sinology. International Cooperation. Scientific Diplomacy. Brazilian Universities.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a República Popular da China consolidou-se como uma das principais potências econômicas, científicas e tecnológicas do século XXI, ocupando papel central na reconfiguração do sistema internacional. O protagonismo chinês se estende às dimensões culturais, acadêmicas e diplomáticas, configurando o que Nye Jr. (2004) denomina *Soft Power* — a capacidade de exercer influência por meio da cultura, da educação e da cooperação internacional.

Nesse cenário, compreender a complexidade histórica, filosófica e política da China contemporânea tornou-se um imperativo estratégico para os países que buscam ampliar seus horizontes de inserção global, entre os quais o Brasil ocupa posição de destaque. Entretanto, observa-se no contexto brasileiro uma lacuna significativa no que se refere à institucionalização dos Estudos Chineses — ou Sinologia — campo de pesquisa estruturado no ensino superior.

O crescimento do intercâmbio econômico e diplomático entre Brasil e China desde o início dos anos 2000, enfrenta um número reduzido de iniciativas acadêmicas voltadas para a compreensão sistemática da sociedade chinesa, em grande parte, dependente de parcerias isoladas. Tal ausência reflete não apenas a falta de investimento em internacionalização científica, mas também a persistência de um olhar eurocêntrico limitando a incorporação de epistemologias e cosmologias não ocidentais na formação universitária brasileira.

A Sinologia, entendida como o campo interdisciplinar que se dedica ao estudo da história, filosofia, língua, cultura e pensamento político da China, constitui uma área consolidada em diversas partes do mundo, especialmente na Europa, nos Estados Unidos da América (EUA) e em países asiáticos vizinhos. Nessas regiões, centros de estudos chineses atuam como pontes culturais e científicas, fomentando o diálogo intercivilizacional e a produção de conhecimento comparado.

No Brasil, contudo, esse movimento ainda é incipiente. A carência de centros especializados, programas permanentes e redes de pesquisa estruturadas em torno da temática chinesa evidencia a necessidade de uma agenda nacional para o fortalecimento da Sinologia como campo de saber estratégico. A ausência de um ecossistema acadêmico robusto dedicado à China representa um obstáculo ao aprofundamento das relações bilaterais.

Embora o comércio entre Brasil e China tenha atingido níveis recordes, a compreensão mútua entre as sociedades permanece limitada, fragilizando a cooperação em áreas como ciência, tecnologia, cultura e educação. Como observa Jabbour (2020), a consolidação de uma parceria efetiva entre os dois países exige não apenas acordos

econômicos, mas a construção de pontes simbólicas e intelectuais capazes de promover um entendimento mais amplo da realidade chinesa.

Nesse contexto, as universidades brasileiras — em especial as públicas, federais e comunitárias, emergem como espaços estratégicos para a institucionalização de Centros de Estudos Chineses. Tais centros podem desempenhar múltiplas funções: promover o ensino da língua e cultura chinesa; fomentar pesquisas comparadas nas ciências humanas, sociais e tecnológicas; e estabelecer redes de cooperação com instituições acadêmicas chinesas. Mais do que um gesto de internacionalização, trata-se de uma política de soberania intelectual e de ampliação da diversidade epistemológica na produção de conhecimento nacional.

Assim sendo, o presente artigo parte, portanto, da hipótese de que a criação e consolidação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras é condição necessária para o fortalecimento da diplomacia acadêmica e científica do país. Busca-se, assim, discutir a Sinologia enquanto campo de conhecimento, suas bases epistemológicas e culturais, o estado da arte dos estudos chineses no Brasil, e as possibilidades de integração com as políticas de internacionalização e cooperação Brasil-China.

Metodologicamente, o estudo baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de fontes nacionais e internacionais, incluindo políticas públicas de educação, acordos de cooperação e experiências exitosas de institucionalização da Sinologia em outros países latino-americanos. A abordagem é qualitativa e exploratória, com ênfase na identificação de potencialidades e desafios para a criação de centros acadêmicos dedicados ao estudo da China.

O artigo está estruturado em seis seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a Sinologia como campo de conhecimento, discutindo sua trajetória e consolidação enquanto área interdisciplinar. Na terceira, exploram-se as perspectivas epistemológicas e culturais dos Estudos Chineses, com enfoque no pensamento clássico e na mediação intercultural. A quarta seção mapeia o estado da arte dos estudos chineses no Brasil, identificando iniciativas e lacunas institucionais. Na quinta, discutem-se as políticas de internacionalização e cooperação Brasil-China, destacando

programas e instrumentos da diplomacia acadêmica. A sexta seção analisa o papel das universidades públicas, federais e comunitárias como polos de cooperação e discute os impactos esperados da criação de Centros de Estudos Chineses. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e propõem caminhos para o fortalecimento da Sinologia no Brasil.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão bibliográfica narrativa.

A revisão bibliográfica discute um tema a partir de informações encontradas em publicações, tais como: livros, artigos, dissertações, revistas, entre outras fontes (Martins; Pinto, 2001). A adoção pela revisão narrativa amplia a possibilidade de leitura das experiências publicadas sobre o tema, permitindo que o pesquisador compreenda o que outros investigaram (Silva; Trentini, 2002).

Definiu-se como base de dados a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e o Google Acadêmico para levantamento de artigos acadêmicos completos, nos idiomas português e inglês, publicados entre 2010 e 2024, utilizando como palavras-chave de busca: Sinologia; Cooperação Internacional; Diplomacia Científica; Universidades Brasileiras; *Sinology*; *International Cooperation*; *Scientific Diplomacy*; *Brazilian Universities*.

Após criteriosa leitura das publicações a amostra final totalizou 11 artigos, apresentados, conforme o ano e publicação, na tabela 1. As principais informações sobre o tema investigado foram compiladas e analisadas, buscando ampliar o conhecimento sobre o tema e apresentado na categoria Resultados e Discussão.

Tabela 1 - Estudos da revisão, entre 2010 a 2024. Caçador, SC, Brasil. 2025.

Ano de Publicação	Número Absoluto n	Frequência %
2010	1	9,09
2011	1	9,09
2014	1	9,09
2020	2	18,18
2021	3	27,28

2022	2	18,18
2023	1	9,09
Total	11	100

Fonte: Dados dos autores, 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

SINOLOGIA COMO CAMPO DE CONHECIMENTO

A Sinologia, em sua acepção mais ampla, constitui-se como o campo interdisciplinar dedicado ao estudo sistemático da civilização chinesa, abrangendo suas dimensões linguísticas, filosóficas, históricas, literárias, políticas e culturais. Surgiu no encontro do pensamento europeu e a tradição intelectual chinesa, mediado inicialmente por missionários, comerciantes e diplomatas, se consolidando ao longo dos séculos XVII e XVIII, sobretudo no contexto da expansão colonial e da curiosidade científica europeia pelo Oriente. Como observa Fairbank (1992), a Sinologia nasceu como uma prática de tradução e interpretação da alteridade, marcada pelo fascínio e a incompreensão do Ocidente diante da complexidade da China.

Historicamente, os estudos sinológicos floresceram na Europa a partir do trabalho dos missionários jesuítas, que desempenharam papel central na mediação cultural entre os dois mundos. Destacam-se os nomes de Matteo Ricci e Nicolas Trigault que introduziram o pensamento confucionista à elite intelectual europeia, estabelecendo uma primeira ponte epistemológica entre as tradições filosófica oriental e ocidental (Mungello, 2009).

Na França, o desenvolvimento da Sinologia como disciplina autônoma deu-se no século XIX com o sinólogo Jean-Pierre Abel-Rémusat, primeiro professor de chinês no Collège de France, consolidando o caráter filológico e histórico dos estudos sobre a China. Na mesma época, surgiram escolas sinológicas na Alemanha, Inglaterra e Rússia, impulsionadas pelo interesse crescente do Ocidente em compreender — e, em muitos casos, controlar — o Oriente (Said, 1978).

O século XX marcou uma transição paradigmática da Sinologia clássica, centrada na filologia e na tradução de textos antigos, para a Sinologia contemporânea de

caráter interdisciplinar e científico. Essa mudança foi fortemente influenciada por centros acadêmicos dos EUA, como as universidades de *Harvard* e *Stanford*, que integraram os estudos sobre a China às ciências sociais, à economia e à ciência política, consolidando um campo de estudos asiáticos com enfoque comparado (Cohen, 1984; Fairbank, 1992). Conforme assinala Spence (1990), a Sinologia moderna deslocou-se da mera exegese textual para a análise histórica e sociológica das transformações da sociedade chinesa, acompanhando o processo de modernização e revolução do século XX.

No entanto, é importante reconhecer que a Sinologia, enquanto campo epistemológico foi historicamente moldado por paradigmas eurocêntricos e colonialistas. Said (1978), ao formular a crítica ao orientalismo, demonstrou que o conhecimento sobre o “Oriente” foi frequentemente utilizado como instrumento de dominação simbólica, reforçando hierarquias culturais e epistemológicas. No caso da China, esse processo manifestou-se em interpretações reducionistas que tendiam a exaltar a “exotização” e a “diferença radical” do pensamento chinês, em detrimento de seu valor universal. Nesse sentido, autores contemporâneos como Cheng (2008) e Weiming (2010) defendem a necessidade de reconstruir a Sinologia sob uma perspectiva intercultural e pós-eurocêntrica, na qual o pensamento chinês possa dialogar em pé de igualdade com outras tradições filosóficas e científicas.

A partir do final do século XX, com a emergência da China como potência global, a Sinologia passou por um processo de revalorização e ressignificação. O interesse acadêmico voltou-se não apenas para o estudo do passado clássico, mas também para a compreensão da China contemporânea e de suas formas de modernidade. Gernet (1999) e Cheng (2008) destacam que a tradição intelectual chinesa, longe de ser um resquício do passado, continua a informar profundamente o *ethos* cultural e político do país. O confucionismo, o taoismo e o pensamento legalista, reinterpretados em novas bases, oferecem subsídios teóricos para compreender a organização social e a racionalidade política da China atual (Bell, 2015).

A Sinologia contemporânea, portanto, configura-se como um campo híbrido e dinâmico, situado na confluência entre as ciências humanas, sociais e culturais. Seu

objeto de estudo abrange tanto as matrizes filosóficas e históricas da civilização chinesa quanto às dinâmicas de sua inserção global. Como sublinha Cheng (2008), estudar a China implica reconhecer a especificidade de suas categorias de pensamento — *li, qi, dao, ren, yi* — e ao mesmo tempo compreender sua universalidade como expressão de uma racionalidade alternativa. Essa abordagem demanda uma epistemologia comparada que supere o dualismo entre Ocidente e Oriente, permitindo o diálogo horizontal entre os sistemas de conhecimento.

No plano institucional, a Sinologia consolidou-se em diversas universidades ao redor do mundo, articulando redes internacionais de pesquisa e programas de cooperação. Os centros de excelência como o *Harvard-Yenching Institute*, o *SOAS University of London* e o *Collège de France* tornaram-se referências na formação de sinólogos e pesquisadores especializados. Paralelamente, na China, instituições como a Universidade de Pequim e a Universidade de *Fudan* vêm fortalecendo o intercâmbio acadêmico e a produção científica em parceria com outros países, num movimento de “re-sinização” do conhecimento global (Tu, 2010).

Contemporaneamente, a Sinologia assume uma dimensão geopolítica. O estudo da China deixou de ser um interesse puramente cultural para se tornar uma necessidade estratégica. Como observa Jabbour (2020), compreender a lógica civilizatória e o pensamento político chinês é fundamental para interpretar o reposicionamento da China no sistema mundial. Dessa forma, a Sinologia deixa de ser um campo exótico ou periférico integrando o núcleo dos estudos de relações internacionais, desenvolvimento econômico e diplomacia científica.

Cabe então destacar que a Sinologia, ao propor um diálogo entre epistemologias distintas, contribui para a ampliação da pluralidade cognitiva e para a descolonização do pensamento acadêmico. Jabbour (2020) observa que o reconhecimento do valor da tradição intelectual chinesa abre espaço para uma ciência mais inclusiva, que reconhece a legitimidade de diferentes modos de produção de conhecimento.

Nesse sentido, a institucionalização da Sinologia nas universidades brasileiras não representa apenas uma oportunidade de internacionalização, mas uma estratégia de

fortalecimento epistemológico e cultural, capaz de inserir o Brasil em um diálogo mais equilibrado com a Ásia e com o mundo.

PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS E CULTURAIS DOS ESTUDOS CHINESES

A reflexão sobre as perspectivas epistemológicas e culturais dos estudos chineses requer compreender a complexa tessitura de sua tradição intelectual, bem como os modos pelos quais a China constrói e expressa sua racionalidade própria. Diferentemente da epistemologia ocidental, centrada na lógica da abstração e da dicotomia sujeito–objeto, o pensamento chinês desenvolveu-se sob uma lógica relacional e holística, em que o conhecimento é concebido como um processo dinâmico de harmonia entre os elementos da natureza, da sociedade e do cosmos (Cheng, 2008). Nesse sentido, a epistemologia chinesa constitui uma forma singular de organizar o saber e interpretar o mundo, baseada em categorias simbólicas que integram filosofia, ética e estética em um mesmo horizonte de sentido.

A tradição filosófica chinesa, alicerçada em matrizes como o confucionismo, o taoismo, o legalismo e o budismo sinizado, oferece uma base teórica para compreender o caráter próprio da racionalidade chinesa. O confucionismo, sistematizado a partir dos *Analectos* de Confúcio (*Kongzi*), enfatiza a centralidade da moralidade, da virtude e da harmonia social (*he*), construindo uma epistemologia da ética do saber. O conhecimento, nesse contexto, não é um fim em si mesmo, mas um meio de aperfeiçoamento humano e coletivo. Conforme Tu Weiming (2010), o confucionismo propõe uma “antropocosmologia” em que a humanidade e o cosmos estão intrinsecamente interligados, e o saber emerge da prática reflexiva e da autorregulação moral. Essa visão contrasta com o paradigma cartesiano da modernidade ocidental, ao colocar a ética como eixo estruturante do conhecimento.

Por outro lado, o taoismo, expresso na obra de Laozi e no *Dao De Jing*, introduz a dimensão metafísica e intuitiva do conhecimento centrada no princípio do Dao (o Caminho), entendido como a totalidade indeterminada e em permanente transformação que governa o universo (Gernet, 1999). O saber, na perspectiva taoista, deriva da

observação dos fluxos naturais e da não intervenção forçada — o *wu wei* —, princípio que valoriza a espontaneidade e a adaptação. Cheng (2008) interpreta essa epistemologia como uma “razão ecológica”, em que o ser humano aprende ao imitar a fluidez do cosmos e ao reconhecer os limites de sua racionalidade discursiva. Assim, o conhecimento chinês não busca dominar a natureza, mas coexistir com ela em um equilíbrio dinâmico.

O legalismo, por sua vez, como tradição política e pragmática, introduz uma racionalidade instrumental que contrasta com a ética confucionista. Formulado por Han Feizi, o legalismo sustenta que a ordem social depende da aplicação rigorosa das leis (*fa*) e do controle do poder (*shi*). Embora muitas vezes interpretado como uma corrente autoritária, o legalismo revela uma epistemologia política voltada à eficiência administrativa e a estabilidade do Estado, fundamentos que ainda influenciam a racionalidade política chinesa contemporânea (Bell, 2015). A coexistência dessas tradições — confucionismo, taoismo e legalismo — demonstra o caráter plural e dialético da epistemologia chinesa, que não elimina as contradições, mas as harmoniza sob o princípio da complementaridade (*yin-yang*).

Do ponto de vista cultural, os Estudos Chineses configuram um campo de mediação intercultural, no qual o processo de tradução desempenha papel central. Traduzir o pensamento chinês para categorias ocidentais implica enfrentar o desafio da incomensurabilidade conceitual, uma vez que muitas noções fundamentais, como *ren* (benevolência), *li* (rito, ordem moral), *dao* (caminho) e *qi* (energia vital), não encontram equivalentes exatos nas línguas ocidentais (Hansen, 2000).

Segundo François Jullien (2008), a tradução filosófica entre China e Ocidente é sempre um exercício de deslocamento e reinvenção em que o tradutor deve transitar entre os mundos conceituais distintos, evitando a redução de uma lógica à outra. Essa mediação é inclusive um ato epistemológico, pois revela os limites da universalidade do pensamento ocidental e abre espaço para novas formas de racionalidade.

A relação entre a epistemologia chinesa e o pensamento ocidental tem sido historicamente, marcada por tensões e assimetrias. Durante o período colonial e moderno, a Sinologia foi frequentemente enquadrada sob a ótica orientalista (Said,

1978), que interpretava o Oriente como objeto exótico e passivo de observação. Contudo, as transformações contemporâneas das ciências humanas e sociais, bem como o avanço da perspectiva decolonial, vêm permitindo o reconhecimento da pluralidade epistêmica e o reposicionamento da China como um sujeito produtor de conhecimento. A teoria decolonial latino-americana, representada por autores como Mignolo (2003) e Quijano (2005), fornece um referencial útil para compreender a necessidade de romper com as hierarquias cognitivas do eurocentrismo e construir um diálogo Sul–Sul entre epistemologias não hegemônicas.

Nesse horizonte, a Sinologia e os Estudos Chineses contemporâneos convergem com o projeto das epistemologias do Sul (Santos, 2010), ao propor a coexistência de múltiplas racionalidades e modos de conhecer. Ao reconhecer a China como portadora de uma racionalidade própria, fundamentada em valores civilizatórios milenares, amplia-se a compreensão do conhecimento como fenômeno culturalmente situado e relacional. A interculturalidade, nesse contexto, não é mera troca de informações, mas um processo de tradução de mundos e ontologias distintas.

Além disso, o estudo da cultura chinesa contemporânea revela como a tradição e a modernidade coexiste de modo dialético. A revitalização do confucionismo, observada nas últimas décadas, demonstra que a tradição não é um vestígio do passado, mas uma fonte ativa de legitimidade e inovação social (Tu, 2010). A política cultural da China atual, ao articular herança clássica e desenvolvimento tecnológico, reflete uma epistemologia que valoriza a continuidade e a síntese — características que contrastam com o paradigma ocidental de ruptura e linearidade histórica.

ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS CHINESES NO BRASIL

O campo dos Estudos Chineses no Brasil ou Sinologia Brasileira tem passado por uma notável expansão nas últimas décadas, acompanhando o crescente protagonismo da China na economia, na política e na cultura mundial (Almeida; Gonçalves, 2023). Contudo, essa expansão ocorre de forma heterogênea, marcada por assimetrias institucionais, lacunas epistemológicas e desafios na consolidação de uma tradição autônoma de pesquisa. O estado da arte dos Estudos Chineses no Brasil reflete,

portanto, tanto o amadurecimento de uma área interdisciplinar em formação quanto os limites estruturais e cognitivos que ainda condicionam sua produção científica.

Historicamente, o interesse brasileiro pela China esteve associado a perspectivas diplomáticas e econômicas. Até meados do século XX, predominava uma abordagem eurocêntrica e distante, centrada em relatos de viajantes, missionários e diplomatas, sem constituição de um campo acadêmico sistemático (Cardoso, 2011). A abertura diplomática sino-brasileira, iniciada na década de 1970, com o reconhecimento oficial da República Popular da China em 1974, representou o marco inicial de uma aproximação institucional que, nas décadas seguintes, gerou desdobramentos acadêmicos significativos (Mello, 2015).

A partir dos anos 2000, a intensificação das relações econômicas e políticas entre Brasil-China — especialmente após a criação do grupo BRICS — motivou a expansão de estudos voltados à política externa, comércio e desenvolvimento. Nesse contexto, os Estudos Chineses começaram a ganhar densidade nas universidades públicas e centros de pesquisa, ainda que com ênfases distintas. O Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB), o Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Centro de Estudos da China e Ásia-Pacífico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) figuram entre os pioneiros na institucionalização de grupos voltados à pesquisa sobre a China (Cabral, 2018).

Contudo, observa-se que a Sinologia Brasileira, diferentemente da tradição europeia e norte-americana, desenvolveu-se de modo tardio e pragmático, fortemente orientado pelas demandas políticas e econômicas. Tal característica reflete uma “dependência epistemológica” (Quijano, 2005) das matrizes teóricas ocidentais, nas quais a China é frequentemente interpretada como objeto de estudo externo e não como sujeito de produção teórica. Assim, apesar dos avanços institucionais, o campo ainda carece de uma epistemologia própria, capaz de articular as especificidades culturais, filosóficas e civilizacionais chinesas com os referenciais latino-americanos de pensamento crítico (Mignolo, 2003; Santos, 2010).

No âmbito linguístico e cultural, o fortalecimento do ensino do mandarim e a criação dos Institutos Confúcio no Brasil, atualmente presentes em universidades como

a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a UnB, contribuem para a ampliação do interesse pela cultura chinesa e a formação de novos especialistas (Cabral; Riva, 2021). Esses espaços têm desempenhado papel relevante na difusão da língua e na mediação cultural, embora não estejam isentos de críticas quanto à autonomia acadêmica e à influência institucional do governo chinês.

De acordo com Oliveira (2020), a presença dos Institutos Confúcio, ainda que estratégica para o intercâmbio cultural deva ser acompanhada de uma política nacional de pesquisa independente, de modo a evitar a reprodução de visões diplomáticas ou instrumentais.

Nas Ciências Humanas e Sociais, há uma crescente diversificação temática. Além das áreas de Relações Internacionais e Economia Política, têm surgido pesquisas em Comunicação, Filosofia, Educação e Ciência da Informação, abordando a China a partir de perspectivas interculturais, epistemológicas e tecnológicas. Estudos recentes têm explorado, por exemplo, as transformações digitais da sociedade chinesa, o modelo civilizacional do “socialismo com características chinesas”, o papel da inteligência artificial e as dimensões culturais da diplomacia midiática chinesa (Pereira, 2022). Essa interdisciplinaridade indica um amadurecimento teórico, mas igualmente revelam a dispersão metodológica e a ausência de marcos conceituais unificadores no contexto brasileiro.

Em termos bibliográficos, observa-se um aumento expressivo de publicações sobre a China em periódicos científicos brasileiros a partir da década de 2010. O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) registram um crescimento contínuo de artigos relacionados à China, embora a maioria ainda provenha das áreas de Economia e Relações Internacionais (Almeida; Gonçalves, 2023).

Existe, portanto, uma concentração temática que limita o desenvolvimento de linhas de pesquisa voltadas à filosofia, história das ideias e epistemologia chinesa — campos centrais na tradição sinológica clássica (Gernet, 1999; Cheng, 2008). Essa lacuna reforça a necessidade de construir um diálogo mais profundo entre a Sinologia e

os Estudos Culturais, incorporando dimensões simbólicas e civilizatórias à análise das transformações contemporâneas.

O avanço das parcerias acadêmicas entre Brasil-China inclui novas possibilidades. O Acordo de Cooperação Educacional firmado em 2017 e o incremento dos programas de intercâmbio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com universidades chinesas, como a *Peking University* e a *Fudan University*, vêm contribuindo para a formação de quadros bilíngues e a realização de pesquisas comparativas. Contudo, essas iniciativas enfrentam desafios de tradução cultural e de assimetria epistemológica. Como ressalta Dussel (2013), o diálogo intercultural somente é possível quando as partes reconhecem reciprocamente suas tradições de racionalidade e suas linguagens próprias do saber.

No campo da Comunicação e da Cultura, novas abordagens têm emergido a partir da análise da presença chinesa na América Latina. Pesquisas sobre *Soft Power*, cinema, mídias digitais e diplomacia cultural revelam como a China projeta suas narrativas civilizatórias e como o Brasil as interpreta (Silva, 2021). Essas investigações contribuem para desconstruir estereótipos orientalistas e ampliar o entendimento sobre as múltiplas formas de expressão e mediação cultural chinesa no contexto global.

Em termos gerais, Silva (2021) compreende que o estado da arte dos Estudos Chineses no Brasil pode ser caracterizado por quatro dimensões fundamentais: Crescimento institucional e linguístico; Diversificação temática e interdisciplinar; Lacunas epistemológicas e teóricas; e Integração internacional e regional.

O desafio atual consiste em consolidar uma Sinologia Brasileira que avance além da tradução e da interpretação externa da China, desenvolvendo um pensamento próprio e situado, dialogando criticamente com a tradição chinesa e com as epistemologias do Sul.

POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO BRASIL-CHINA

A cooperação entre Brasil-China vem se consolidando como uma das mais dinâmicas e estratégicas parcerias do século XXI, abrangendo as dimensões econômicas, políticas, culturais, científicas e tecnológicas. No campo da educação superior e da pesquisa, essa relação assume contornos particularmente relevantes, pois articula os processos de internacionalização acadêmica com as agendas de desenvolvimento e inovação em ambos os países. Assim, as políticas de internacionalização e cooperação entre os dois países constituem não apenas instrumentos diplomáticos, mas incluem mecanismos de produção e circulação de conhecimentos, fundamentais para a inserção global das universidades brasileiras e para a construção sólida da Sinologia Brasileira.

A internacionalização universitária, conforme Knight (2015) deve ser entendida como um processo integrado que visa inserir a dimensão global na missão, nas funções e nas práticas institucionais das universidades. No caso brasileiro, esse processo foi impulsionado, sobretudo, a partir da década de 2000, quando o Ministério da Educação (MEC), a CAPES e o CNPq começou a estruturar programas voltados à mobilidade acadêmica, cooperação técnica e intercâmbio científico. Entre as iniciativas de maior destaque estão o Programa Ciência sem Fronteiras (2011–2016), os Acordos de Cooperação Educacional Bilateral e as chamadas públicas para projetos conjuntos financiados por agências nacionais e estrangeiras.

No âmbito das relações com a China, o marco inicial da cooperação educacional foi o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional Brasil-China, firmado em 1985 e renovado em 2017. Esse acordo estabelece diretrizes para o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, bem como para a criação de centros de estudos e o reconhecimento mútuo de títulos. Desde então, várias iniciativas foram implementadas, especialmente em universidades federais e estaduais, destaca-se os convênios com a *Peking University*, *Fudan University*, *Tsinghua University*, *Renmin University* e *Shanghai Jiao Tong University*. Essas parcerias visam não apenas à mobilidade estudantil, mas à realização de pesquisas conjuntas em áreas estratégicas, tais como: energia, agricultura, ciências sociais e tecnologia da informação (Cabral, 2018).

A criação dos Institutos Confúcio no Brasil, a partir de 2008, representou um vetor importante da internacionalização sino-brasileira. Esses institutos, vinculados ao Ministério da Educação da China (*Hanban*), objetivam difundir a língua e a cultura chinesa, com a realização de cursos, eventos culturais e intercâmbios acadêmicos. Atualmente, o país conta com unidades em universidades como a Unesp, UFRGS, UnB, Universidade de Pernambuco (UPE) e PUC-Rio, pontos de contato relevantes entre estudantes brasileiros e instituições chinesas (Cabral; Riva, 2021). No entanto, autores como Oliveira (2020) e Almeida (2022) alertam para a necessidade de uma cooperação equilibrada, garantindo autonomia científica e evitando a dependência de narrativas institucionais unilaterais.

Do ponto de vista geopolítico, a consolidação dos BRICS, em 2009, trouxe uma nova dimensão à cooperação acadêmica. O *BRICS Network University*, lançado em 2015, tem sido um instrumento importante para a integração de universidades e centros de pesquisa dos países membros, estimulando projetos conjuntos, publicações e programas de pós-graduação colaborativos (Fonseca, 2020). Em 2025, onze países integram o BRICS, sendo nomeados Países-membros (África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia, Índia, Irã e Rússia) e Países-parceiros (Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã) (Moura, 2025). A participação brasileira nesse consórcio, embora ainda modesta, sinaliza o potencial de ampliação das redes de pesquisa em torno de temas como sustentabilidade, tecnologia, economia digital e desenvolvimento inclusivo.

Além disso, a cooperação entre Brasil-China se expressa em programas bilaterais de fomento à ciência e tecnologia, administrados por agências como o CNPq e a *National Natural Science Foundation of China* (NSFC). Esses programas têm financiado pesquisas conjuntas em nanotecnologia, agricultura sustentável, biotecnologia e energias renováveis, refletindo o interesse mútuo em áreas estratégicas para o desenvolvimento (Mello, 2015). Essa colaboração científica, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade técnica brasileira, contribui para a formação de redes de conhecimentos intercontinentais e para a inserção da produção científica nacional em circuitos globais.

No campo cultural e humanístico, observa-se uma intensificação das políticas de diplomacia acadêmica, com a realização de feiras de educação, seminários interculturais e eventos científicos voltados à compreensão mútua entre os povos. A Embaixada da China no Brasil e o Instituto Guimarães Rosa, vinculados ao Itamaraty, atuam em cooperação para o fomento de programas de tradução literária, ensino de mandarim e divulgação da cultura chinesa. Paralelamente, as universidades brasileiras têm promovido simpósios e grupos de pesquisa dedicados ao pensamento confuciano, à literatura clássica chinesa e à análise da política contemporânea da Ásia-Pacífico (Silva, 2021).

No entanto, a internacionalização da educação superior brasileira enfrenta desafios estruturais. Como observa Morosini (2014), a ausência de uma política nacional contínua e bem articulada de internacionalização limita o alcance e a sustentabilidade dessas parcerias. No caso específico da China, a assimetria linguística, as diferenças culturais e os distintos modelos de governança universitária demandam estratégias adaptadas e de longo prazo. Para que a cooperação se converta em intercâmbio equitativo, é necessário investir em programas bilíngues, capacitação dos docentes e infraestrutura de pesquisa conjunta, além da promoção na formação de especialistas capazes de atuar como mediadores interculturais.

Outro ponto crucial diz respeito à autonomia epistemológica da produção científica brasileira no contexto sino-brasileiro. A internacionalização não deve ser entendida apenas como mobilidade ou cooperação instrumental, mas como um processo de diálogo entre saberes. Conforme argumenta Santos (2010), construir uma “ecologia de saberes” é valorizar as epistemologias do Sul e reconhecer a China não como mero objeto de estudo, mas como parceira intelectual e civilizatória. Isso implica reconfigurar o lugar da Sinologia nas universidades brasileiras, transformando-a em eixo estruturante de uma diplomacia do conhecimento pautada pela reciprocidade e pela pluralidade epistemológica.

UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS, PÚBLICAS E FEDERAIS COMO POLOS DE COOPERAÇÃO: PERSPECTIVAS E IMPACTOS ESPERADOS

A consolidação de centros de estudos chineses nas universidades brasileiras representa não apenas uma estratégia de internacionalização acadêmica, mas um projeto de soberania científica e de fortalecimento institucional.

As universidades públicas, federais e comunitárias desempenham papel central nesse processo, reunindo três dimensões indissociáveis: o compromisso com a produção de conhecimento crítico, a responsabilidade social com o desenvolvimento regional e nacional, e a capacidade de articulação em redes internacionais de pesquisa. Essas instituições configuram espaços privilegiados para a implantação de Centros de Estudos Chineses, capazes de promover a cooperação bilateral, o intercâmbio intercultural e a construção de uma Sinologia genuinamente brasileira.

Desde a criação das universidades federais e estaduais no século XX, a educação superior tem se constituído como vetor de emancipação social e de diálogo entre saberes (Morosini, 2014). Historicamente, essas universidades vêm assumindo papel de liderança na formulação de políticas científicas e na mediação cultural. A intensificação da globalização do conhecimento, amplia esse papel, exigindo que as instituições incorporem as dimensões geopolíticas e civilizatórias na produção acadêmica. A China, enquanto potência científica e cultural, apresenta-se como parceira estratégica para essa reconfiguração, oferecendo oportunidades de cooperação em múltiplas áreas do saber — da engenharia e tecnologia à filosofia, educação e ciências sociais (Cabral, 2018).

As universidades comunitárias, por sua vez, inserem-se nesse processo com um diferencial relevante: a sua vocação territorial e o compromisso direto com o desenvolvimento local e regional. Essas instituições, predominantemente sem fins lucrativos, constituem um segmento singular do sistema de ensino superior brasileiro, atuando como pontes entre o conhecimento acadêmico e as demandas das comunidades (Silveira; Anhaia, 2021).

A criação de núcleos de estudos chineses no ambiente das universidades comunitárias potencializa a formação intercultural e o empreendedorismo acadêmico, contribuindo para a interiorização da cooperação internacional. Assim, ao invés de

concentrar as oportunidades de intercâmbio nas grandes capitais, ocorreria a democratização do acesso à internacionalização, promovendo o aprendizado da língua chinesa, o estudo das políticas públicas asiáticas e o desenvolvimento de projetos conjuntos de inovação social.

No caso das universidades federais, a relevância estratégica é ainda mais evidente. Instituições como a UnB, UFRJ, UFRGS e a UFMG já possuem tradição em relações internacionais, linguística e estudos culturais, apoiando um ambiente favorável à institucionalização da Sinologia Brasileira. Tais universidades dispõem de infraestrutura, redes de cooperação consolidadas e programas de pós-graduação que podem abrigar centros interdisciplinares de estudos chineses. A criação desses espaços possibilita o desenvolvimento de pesquisas em áreas como políticas públicas comparadas, epistemologias não ocidentais, inovação tecnológica e sustentabilidade — temas que dialogam diretamente com as agendas de desenvolvimento da China e do Brasil (Almeida, 2022).

Um dos impactos mais significativos na criação desses centros é o fortalecimento da diplomacia científica brasileira. Conforme aponta Knight (2015), a internacionalização do conhecimento é uma forma de diplomacia cultural e política, na qual as universidades se tornam atores estratégicos de mediação internacional. Nesse sentido, as universidades brasileiras podem assumir o protagonismo na construção de uma cooperação horizontal, baseada em reciprocidade e respeito intercultural, contribuindo para o equilíbrio das relações entre o Sul Global e a Ásia. Tal movimento se coaduna com a perspectiva defendida por Santos (2010), ao propor uma “ecologia de saberes” que reconhece a pluralidade epistêmica e valoriza os conhecimentos produzidos fora dos eixos tradicionais do Norte global.

Do ponto de vista epistemológico, os Centros de Estudos Chineses em universidades públicas e comunitárias podem contribuir para romper com o paradigma eurocêntrico que domina grande parte da academia latino-americana. Ao incorporar o pensamento confuciano, taoísta e budista, bem como as epistemologias contemporâneas chinesas, o ensino e a pesquisa passam a dialogar com outros modos de racionalidade e outras concepções de modernidade (Gernet, 1999; Cheng, 2008). Essa incorporação não

deve ocorrer como mera tradução cultural, mas como um exercício de interculturalidade crítica — uma aprendizagem mútua que reconhece a alteridade como fonte legítima do conhecimento.

No plano científico e tecnológico, a cooperação pode gerar impactos econômicos e sociais expressivos. A criação de polos conjuntos de pesquisa em inteligência artificial, energias renováveis, nanotecnologia e agricultura sustentável — áreas de domínio chinês — permite acelerar o desenvolvimento científico brasileiro e reduzir a dependência tecnológica (Pereira, 2022). Além disso, a formação de quadros bilíngues e de especialistas em China fortalece a atuação do Brasil em organismos multilaterais e no comércio internacional, promovendo uma inserção mais autônoma e estratégica no sistema global.

O impacto na formação de professores e estudantes é um ponto central nesse processo. A inclusão da cultura e da língua chinesa nos currículos universitários amplia a compreensão sobre o Oriente e combate estereótipos orientalistas historicamente enraizados no imaginário ocidental. Programas de intercâmbio e duplo diploma podem contribuir para a formação de uma geração de pesquisadores e profissionais com competência intercultural, aptos a mediar processos globais de inovação, governança e sustentabilidade (Silva, 2021). Essa formação se articula com a função social da universidade a de formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para atuar em contextos de diversidade cultural e de complexidade geopolítica.

Do ponto de vista institucional, Oliveira (2020) argumenta que a implantação de Centros de Estudos Chineses exige a criação de políticas integradas de internacionalização. Isso implica fomentar a captação de recursos externos, estimular a formação de redes entre universidades brasileiras e chinesas, e promover o reconhecimento acadêmico das produções conjuntas. A constituição de consórcios regionais de pesquisa pode ser uma estratégia eficaz para otimizar recursos e ampliar o alcance das ações, especialmente no contexto das universidades comunitárias e federais do interior do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que a criação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras — públicas, federais, estaduais e comunitárias — constitui uma urgência estratégica para o fortalecimento da soberania científica, cultural e diplomática do Brasil. A Sinologia, enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, ultrapassa o domínio linguístico e cultural, configurando-se como instrumento de mediação epistêmica entre civilizações e de reposicionamento do país no cenário internacional do saber.

A emergência da China como potência científica e tecnológica reconfigura as hierarquias do conhecimento e desafia o Ocidente a repensar seus paradigmas. Nesse contexto, a inserção da Sinologia no sistema universitário brasileiro deve ser vista além de uma abertura para o estudo de uma cultura estrangeira, mas como um movimento de deslocamento epistemológico. Trata-se de um convite à descolonização do pensamento, à valorização de epistemes plurais e à construção de uma ecologia de saberes capaz de aproximar o Brasil das lógicas cognitivas do Oriente (Santos, 2010).

As universidades brasileiras, sobretudo as públicas e comunitárias, possuem as condições institucionais e intelectuais para liderar essa transformação. Nesses espaços se articulam ciência, cidadania e desenvolvimento social, que, por isso, podem transformar a cooperação Brasil-China em um projeto de intercâmbio civilizatório. A criação de Centros de Estudos Chineses em tais instituições promove o fortalecimento da diplomacia científica, a formação de recursos humanos especializados e a diversificação das redes de pesquisa, ampliando a presença brasileira nos debates globais sobre tecnologia, sustentabilidade, cultura e geopolítica.

Entretanto, a efetivação dessa proposta requer uma política pública de longo prazo, sustentada por parcerias bilaterais, incentivos financeiros e reconhecimento institucional. A ausência de centros consolidados de Sinologia no país, evidencia uma lacuna estrutural como a falta de investimento em estudos asiáticos e a predominância de paradigmas eurocêntricos na produção do conhecimento. Superar essa lacuna implica fomentar programas de pós-graduação, redes de pesquisa interinstitucionais e currículos

universitários que incluem o estudo da língua, filosofia, história, cultura e economia chinesa.

Os impactos esperados transcendem o âmbito acadêmico. Um Brasil que compreende a China em profundidade é um país preparado para negociar em pé de igualdade no cenário internacional. O conhecimento sobre as dinâmicas culturais e políticas chinesas ampliam a capacidade diplomática, econômica e tecnológica do país, permitindo-lhe atuar com maior autonomia nas instâncias multilaterais e nos processos de inovação global.

Além disso, existe um potencial pedagógico e cultural intrínseco à proposta. O contato com o pensamento chinês — suas tradições filosóficas, éticas e estéticas — enriquecem a formação humanística e contribuem na formação de sujeitos interculturais, conscientes da diversidade civilizatória do mundo. Assim, a Sinologia se torna um vetor de diálogo e de reconciliação entre diferentes formas de racionalidade, um campo de encontro entre a ciência e a sabedoria ancestral.

Em epítome, observa-se que implantação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras deve ser compreendida como uma política estratégica de conhecimento, inserida em um projeto nacional de internacionalização soberana.

Por final, a Sinologia, nesse horizonte, deixa de ser um nicho disciplinar e se torna um eixo estruturante de cooperação científica, epistêmica e cultural entre Brasil-China — um caminho para construir pontes entre mundos, linguagens e saberes que, juntos, poderão redefinir os rumos do pensamento e da educação no século XXI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Internacionalização acadêmica e diplomacia científica Brasil-China: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação Internacional**, v. 7, n. 1, p. 45–63, 2022.

ALMEIDA, R.; GONÇALVES, F. A produção científica sobre a China em periódicos brasileiros (2010–2023): mapeamento e tendências. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 66, n. 2, p. 1–18, 2023.

BELL, D. A. **The China model**: political meritocracy and the limits of democracy. Princeton: Princeton University Press, 2015.

SANTOS, A.M.; SOUZA, F.H.S.; TWARDOWSKI, R.M.; CAETANO, A.A.S.; LEFFER, D.M.; ESCHER, A.A. Sinologia: a premência das universidades brasileiras na implantação de centro de estudos chineses. **Revista Nexus Interdisciplinar**, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 460–483, jul./set., 2026.

CABRAL, S. D. **A presença da China no Brasil: cooperação, economia e cultura.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CABRAL, S. D.; RIVA, C. E. Os Institutos Confúcio no Brasil e a internacionalização do ensino do mandarim. **Revista de Estudos Asiáticos**, v. 4, n. 1, p. 33–52, 2021.

CARDOSO, F. H. A política externa brasileira e a China: do reconhecimento à parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 73–94, 2011.

CHENG, A. **Histoire de la pensée chinoise.** Paris: Seuil, 2008.

COHEN, P. A. **Discovering history in China: american historical writing on the recent chinese past.** New York: Columbia University Press, 1984.

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação na América Latina.** São Paulo: Paulus, 2013.

FAIRBANK, J. K. **China: a new history.** Cambridge: Harvard University Press, 1992.

FONSECA, A. S. Cooperação acadêmica no âmbito dos BRICS: a Network University e o novo paradigma da diplomacia científica. **Revista de Política e Educação Superior**, v. 9, n. 3, p. 112–128, 2020.

GERNET, J. **O mundo chinês: uma civilização em perspectiva histórica.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HANSEN, C. **A daoist theory of chinese thought: a philosophical interpretation.** New York: Oxford University Press, 2000.

JABBOUR, E. **China: o socialismo do século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2020.

JULLIEN, F. **O diálogo entre as culturas: do universal ao intercultural.** São Paulo: Editora 34, 2008.

KNIGHT, J. **Internationalization: concepts, complexities and challenges.** New York: Routledge, 2015.

MARTINS, G. A.; PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Atlas, 2001.

MELLO, P. C. **China e Brasil: o novo eixo da economia mundial.** São Paulo: Contexto, 2015.

MIGNOLO, W. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da educação superior: políticas e práticas em perspectiva comparada. **Educação em Revista**, v. 30, n. 3, p. 15–34, 2014.

MOURA, B. F. Entenda o que é o BRICS, rupo que se reúne a partir de domingo no Rio. **agenciabrasil**, Rio de Janeiro, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-07/entenda-o-que-e-o-brics-grupo-que-se-reune-partir-de-domingo-no-rio#:~:text=Quantos%20pa%C3%ADses%20fazem%20parte%20do,%2C%20Uganda%2C%20Uzbequist%C3%A3o%20e%20Vietn%C3%A3>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MUNGELLO, D. E. **The great encounter of China and the West, 1500–1800.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.

SANTOS, A.M.; SOUZA, F.H.S.; TWARDOWSKI, R.M.; CAETANO, A.A.S.; LEFFER, D.M.; ESCHER, A.A. Sinologia: a premência das universidades brasileiras na implantação de centro de estudos chineses. **Revista Nexus Interdisciplinar**, Natal/RN, v. 1, n. 3, p. 460–483, jul./set., 2026.



NYE JR., J. S. Soft Power and american foreign policy. **Political Science Quarterly**, v. 119, n. 2, p. 225-270, 2004.

OLIVEIRA, A. Institutos Confúcio e autonomia acadêmica: desafios da cooperação cultural sino-brasileira. **Revista Brasileira de Educação Internacional**, v. 6, n. 2, p. 95-110, 2020.

PEREIRA, L. C. A sociedade digital chinesa e o paradigma da inovação tecnológica. **Revista Estudos Contemporâneos da Ásia**, v. 5, n. 1, p. 21-45, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, D. G. V.; TRENTINI, M. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-Am. de Enferm.**, 2002.

SILVA, M. P. O soft power chinês na América Latina: diplomacia cultural e novas narrativas globais. **Revista de Comunicação e Cultura Internacional**, v. 12, n. 3, p. 41-60, 2021. Disponível em:

SILVEIRA, E.; ANHAIA, M. Universidades comunitárias e desenvolvimento territorial: desafios da cooperação internacional. **Revista Brasileira de Educação e Sociedade**, v. 42, n. 3, p. 99-118, 2021.

SPENCE, J. D. **The search for modern China**. New York: W. W. Norton, 1990.

TU, W. Cultural China: the periphery as the center. **Daedalus**, v. 129, n. 4, p. 1-32, 2010.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.